

## Os dados do desmatamento em Roraima são realmente fraudulentos? <sup>(1)</sup>

**Dr. Reinaldo Imbrozio Barbosa**  
**MSc Flavia Pinto**  
**MSc Ciro Campos**

Ministério da Ciência e Tecnologia  
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia  
Núcleo de Pesquisas de Roraima

No dia 02 de junho de 2008 o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) divulgou os dados de desmatamento e degradação florestal para toda a Amazônia referente ao mês de abril ([www.inpe.br](http://www.inpe.br)), indicando um total de 1123 km<sup>2</sup> de novas áreas de florestas derrubadas ou degradadas. Roraima ficou em segundo lugar com 285 km<sup>2</sup>, atrás apenas de Mato Grosso com 794 km<sup>2</sup>, e a frente de estados tradicionais do “Arco do Desmatamento” como Rondônia e Pará. Questionado sobre os valores liberados pelo relatório do INPE, o governador de Roraima, Anchieta Júnior, expressou a sua indignação de várias formas, incluindo o termo “... dados fraudulentos ...”, considerando ainda suspeita a divulgação destes dados no momento em que se decide a questão fundiária em Roraima.

Pelo dicionário Aurélio, quem produz alguma coisa fraudulenta é tipificado como um fraudador que, em última instância, é um enganador, falsificador, adulterador ou aquele que produz algo de má fé. Várias críticas podem ser dirigidas ao INPE quanto aos valores de área desmatada na Amazônia ao longo das últimas três décadas de análise, mas elas estão diretamente ligadas à evolução dos métodos de coleta de dados que, em geral, tendem mais a subestimar os valores de desmatamento do que superestimá-los. Todas estas críticas são feitas pela comunidade científica, entretanto, a crítica de fraude feita pelo governador de Roraima a um órgão federal de ciência e tecnologia, respeitado por toda comunidade científica, que pauta seus princípios na informação de boa qualidade que pode ser avaliada publicamente por todos, nunca havia sido feita com tanta ênfase e com tão pouca base informativa como no caso de Roraima.

As principais críticas às análises de desmatamento estão relacionadas ao fato de que nem toda a Amazônia poder ser monitorada pelos satélites devido à cobertura de nuvens, à limitação dos sensores que não detectam pequenos desmatamentos (neste caso menos de 25 ha) ou mesmo a dificuldade em captar a degradação em ecossistemas não-florestais, como os lavrados ou as campinas do sul do Estado. De fato, o desmatamento divulgado para Roraima não é novidade, pois reflete a média histórica de 273 km<sup>2</sup> (1978-2007) que se repete todos os anos no estado desde fins da década de 1970. Além disso, a área desmatada de Roraima até 2007 corresponde a 3,6% (~ 8146 km<sup>2</sup>) de todo o estado ou 5,1% considerando apenas os ecossistemas florestais, ao contrário dos 2% divulgados pelo governo estadual.

No sentido de esclarecer o governo estadual e a comunidade que aqui vive, é importante fazer algumas observações sobre os dados relatados pelo INPE para abril de 2008 e que acabaram gerando polêmica: (i) os dados não dizem respeito a ambientes de lavrado ou de áreas de floresta de contato que estavam secas e que, portanto, não foram identificadas como desmatadas; (ii) o levantamento do INPE faz

---

<sup>1</sup> Publicado no Jornal Folha de Boa Vista de 07 e 08.06.2008 (p. 2 / Coluna Opinião), Ano XXIV / Edição 5433, Boa Vista-Roraima.

claramente a distinção entre desmatamentos novos e áreas desmatadas nos anos anteriores e (iii) os satélites do INPE também detectam os desmatamentos irregulares e que fogem do controle do órgão estadual de meio ambiente (FEMACT-RR).

Os valores de desmatamento para Roraima em abril (285 km<sup>2</sup>) assumem esta magnitude por causa do final do período seco que todos os anos acontece entre dezembro-março/abril, quando os agricultores locais derrubam a floresta, queimam e plantam suas roças. Logo, os valores que foram apresentados pelo INPE para abril de 2008, somados aos de março do mesmo ano (~18,8 km<sup>2</sup>), que também estão listados no relatório, apenas representam uma situação típica para Roraima e não podem, **DE FORMA NENHUMA**, ser apresentados como dados fraudulentos. Imaginar que este tipo de informação de cunho local e regional serviria de alguma forma para impor pressões sobre a posse e o uso da terra em Roraima é, no mínimo, descabido e não reflete a realidade dos fatos. A falta de informação coerente, o equívoco na interpretação da leitura do(s) relatório(s) e a falta de experiência em lidar com este tipo de situação provocam situações desnecessárias que apenas confundem a população e acabam colocando-a contra os verdadeiros fatos. Se todos queremos, juntos, um estado de Roraima com ações ambientais voltadas ao desenvolvimento sustentado e com espaço para todos, devemos nos render aos fatos e aproveitar as oportunidades para reverter, de forma inteligente e equilibrada, este caótico quadro de desmatamento local. Isto faz com que percamos chances de modelar Roraima com um estado limpo ambientalmente, reconhecedor dos direitos de todos e voltado a atingir metas que visem o aproveitamento dos recursos naturais do lavrado e das florestas na forma de seus mais preciosos serviços ambientais.